

---

## *Legalidade, legitimidade e lavouras transgênicas clandestinas*

Renata Menasche\*

### **Um olho lá e outro cá**

**O** ponto de partida da análise aqui proposta é a intrigante comparação de dois episódios. Um ocorrido no Rio Grande do Sul, outro na França. Ambos referentes a lavouras transgênicas ilegais, clandestinas.

Nos dois casos, os governos se propõem a fazer cumprir a lei; entretanto, os dois casos diferem no que concerne às reações frente às ações governamentais que buscam o cumprimento da lei.

Enquanto no Rio Grande do Sul a ação fiscalizadora do governo estadual provoca manifestações públicas e ações contrárias de produtores de soja pró-transgênicos, quando o governo francês ordena a destruição das lavouras de colza contaminadas “acidentalmente”<sup>1</sup>, parece não encontrar qualquer resistência na sociedade.

A reflexão que ora me proponho a desenvolver é pela busca da compreensão dessa diferença.

Para isso resgato, inicialmente, um terceiro episódio, ainda mais recente. O foco no julgamento dos agricultores da *Confédération Paysanne* francesa, tornando presente o quadro em que se desenrola o debate naquele país, deverá possibilitar uma melhor compreensão dos episódios das lavouras clandestinas.

---

\* Mestre em “Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade” pelo Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; doutoranda em “Antropologia Social” pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

## **Na França**

### **José Bové: a Justiça na encruzilhada**

*Asterix contra o Império*<sup>2</sup>

“É sobre uma carroça de feno, seguida pelos milhares de manifestantes aguardados, que os dez acusados da *Confédération Paysanne*, dentre eles José Bové, chegarão ao Palácio da Justiça de Millau, onde devem ser julgados por sua ação contra o McDo da cidade. A audiência começará às 14 horas, com 16 testemunhas citadas pela defesa, vindas de cinco continentes para fazer deste processo o ‘processo contra a globalização’. José Bové declarou ontem que este dia será uma nova grande concentração da luta cidadã contra a ordem mercantil mundial. Apenas nos trens e ônibus é prevista a chegada ao local de pelo menos 20.000 pessoas. Durante a tarde, cinco fóruns terão lugar nas ruas da cidade, para debater os ‘malefícios da globalização’. Feira de produtos agrícolas e teatro de rua também estão no menu e, a partir das 19 horas, um concerto de apoio, nas margens do Tarn. Um evento de encerramento está previsto para as 15 horas do sábado, com a participação de José Bové. Uniforme do dia: camiseta ‘o mundo não é uma mercadoria’.”<sup>3</sup>

José Bové, 47 anos, tornou-se camponês em 1974, quando participava de um movimento contra a expansão de uma área militar, na região francesa do Larzac. Como resultado do movimento, os camponeses obteriam do governo a posse dos 6.300 hectares em disputa.

Em 1998, Bové havia sido preso por participar de ação contra uma empresa produtora de sementes de milho transgênico- a Novartis<sup>4</sup>. Sua notoriedade nacional e internacional -bem como da *Confédération Paysanne*<sup>5</sup>, organização sindical camponesa da qual é um dos fundadores e dirigentes- tem como marco, no entanto, o 12 de agosto de 1999.

A Organização Mundial do Comércio (OMC) autorizara os EUA- após recusa da União Européia em importar carne de gado norte-americana, produzida com a utilização de hormônios- a sobretaxar vários produtos da gastronomia francesa, dentre eles o queijo Roquefort.

Os produtores desse queijo, criadores de ovelhas organizados na *Confédération Paysanne*, se dirigiram às autoridades governamentais francesas, das quais obteriam a resposta de que a decisão da OMC deveria ser considerada irrevogável.

A forma de protesto seria, então, decidida: a organização sindical camponesa promoveria, no 12 de agosto, em Millau -uma pequena cidade de 20 mil habitantes do sul da França, no Aveyron, região produtora do Roquefort-, o “desmante simbólico” da loja -então em construção- da rede de *fast food*

McDonald's, escolhida como símbolo, a um só tempo, da ordem econômica globalizada e da comida standartizada, a *mal-bouffe*<sup>6</sup>.

Os camponeses responsáveis pela “destruição” da lanchonete McDonald's seriam presos. A fiança fixada pela Justiça para a liberação de José Bové seria consideravelmente mais elevada do que a exigida de seus companheiros, logo soltos<sup>8</sup>. Bové recusar-se-ia a pagar a fiança, permanecendo preso durante três semanas, período em que o caso repercutiria, a partir de ações de protesto e manifestações de solidariedade, na França e no exterior.

Com seu vasto bigode e portando cachimbo -apontados pela imprensa como símbolos da ruralidade francesa-, Bové seria, alguns meses mais tarde, em Seattle, consagrado ícone da luta camponesa, ambientalista e antiglobalização<sup>9</sup>.

E é nessa condição que chega, de carroça, cercado por dezenas de milhares de manifestantes, em 30 de junho de 2000, ao banco dos réus do tribunal de Millau<sup>10</sup>.

### **A formação da opinião e a encruzilhada da justiça**

“Há muito tempo, sabíamos que as manifestações eram feitas, de alguma forma, ‘pela’ imprensa; o que é novo é vermos a multiplicação de manifestações que são explicitamente concebidas ‘para’ a mídia, isto é, ações que, em última análise, não existiriam sem a mídia. (...) O desenvolvimento da mídia... modificou o que podemos designar por ‘economia geral das manifestações’ e, de forma genérica, a do jogo político... o campo jornalístico age, igualmente, enquanto tal, sobre o campo político considerado globalmente” (Champagne, 1998: 191, 233).

Uma semana antes do julgamento, dois jornais brasileiros publicavam reportagens em que era conferido destaque à previsão de que o evento de Millau seria coberto por cerca de seis mil jornalistas de todo o mundo<sup>11</sup>.

A ação de “desmontagem simbólica” do McDonald's, assim como a manifestação realizada durante o julgamento, foi, claramente, planejada para estar sob os holofotes da mídia, construtora do ícone José Bové.

Ao realizar as manifestações da forma como as produz, a *Confédération Paysanne* dialoga, através da mídia, com a imagem que a sociedade francesa -urbana- constrói dos agricultores. Sua identidade seria, assim, estruturada por essa imagem, mas também estruturante dessa imagem, na medida em que age de forma a conformá-la<sup>12</sup>.

Antes de seguir nessa reflexão, vejamos como Champagne (1998: 193) narra uma manifestação pública de agricultores franceses realizada em Paris, em 1982.

“No dia 23 de março, em resposta ao apelo lançado pela *Fédération Nationale des Syndicats d’Exploitants Agricoles* (FNSEA) e pelo *Centre National de Jeunes Agriculteurs* (CNJA), algumas dezenas de milhares de agricultores -58.000 segundo a polícia e mais de 100.000 segundo o sindicato- vieram de numerosas regiões da França, em ônibus e trens, para desfilar na capital. Logo de manhã, tinham sido distribuídas aos parisienses, na saída das estações ferroviárias e de metrô, 200.000 brochuras de oito páginas redigidas pela FNSEA e pelo CNJA, intituladas ‘Paris, os camponeses vêm ao teu encontro’, que visavam ‘restabelecer a verdade’ sobre um certo número de acusações que os cidadãos fariam aos agricultores (estariam recebendo subvenções em demasia, pagando poucos impostos, poluindo a natureza, tratando os animais com crueldade, etc)”.

Se, há quase 20 anos, os agricultores franceses assumiam, na manifestação descrita por Champagne, uma postura defensiva frente uma imagem de conotação negativa deles construída pela população parisiense, nas ações recentes é na população urbana que a *Confédération Paysanne* encontra o apoio que resulta na participação de dezenas de milhares de pessoas na manifestação de Millau<sup>13</sup>. Nesses quase 20 anos, transformaram-se as condições de vida nas cidades, os camponeses, assim como a imagem deles construída pela população urbana<sup>14</sup>.

Por meio de suas ações -dentre outras, a realizada na empresa Novartis, mas principalmente o “episódio McDonald’s”-, a *Confédération Paysanne* tem sinalizado seu programa para a agricultura, traduzido na linguagem compreendida pelo conjunto da sociedade francesa: o combate à *mal-bouffe*, por sua vez erguido como eixo da luta antiglobalização<sup>15</sup>.

E é isso o que hoje representa José Bové, o simpático Asterix contemporâneo. Dessa forma, essa é a imagem daquele que se sentaria no banco dos réus do tribunal de Millau.

Em 13 de setembro de 2000, a Justiça francesa, ao pronunciar sua sentença referente ao julgamento ocorrido em Millau, decidiria entre a ilegalidade da “destruição” da lanchonete McDonald’s, por um lado, ou a legitimidade da “desmontagem” do ícone da *mal-bouffe* e da globalização, por outro.<sup>16</sup>

### **Lavouras transgênicas clandestinas: ilegais e ilegítimas<sup>17</sup>**

Em 18 de maio de 2000, a empresa de sementes Advanta Seeds admitia ter comercializado acidentalmente, em quatro países europeus -Alemanha, Grã-Bretanha, França e Suécia-, sementes de colza contaminadas<sup>18</sup>. As sementes clandestinas haviam sido produzidas no Canadá, em 1998, tendo sido contaminadas pelo pólen de lavouras de colza transgênica, autorizadas naquele país.

Como a União Européia ainda não dispõe de legislação única relativa ao tema, tampouco de instrumentos que permitam responsabilizar civilmente a empresa importadora das sementes contaminadas, qualquer providência deveria ser adotada pelos governos nacionais, individualmente<sup>19</sup>.

Enquanto Alemanha e Inglaterra, apesar dos protestos de entidades ambientalistas e de produtores orgânicos, optavam por não ordenar a destruição das lavouras ilegais -apontando para o aproveitamento do produto em finalidades outras que não o consumo alimentar ou para sua utilização fora do continente europeu-, Suécia imediatamente ordenava a destruição das lavouras contaminadas, sendo seguida pelo governo francês -que se pronunciaria oficialmente nesse sentido em 25 de maio.

Na França, é vedado o cultivo de colza geneticamente modificada. O único cultivo transgênico ainda autorizado em escala comercial no país é o milho, cuja área cultivada vem se reduzindo a cada ano. Se em 1998 foram 2.000 hectares, em 1999 seriam apenas 200 hectares de milho geneticamente modificado cultivados no país, área que se reduziria a zero na presente safra<sup>20</sup>. Assim, mesmo o cultivo de milho transgênico, que encontra respaldo na legislação vigente, vem sendo eliminado do território francês.

Se não há leis impedindo o cultivo de milho transgênico, tampouco se poderia afirmar que sua produção apresente produtividade inferior ou custos mais elevados frente ao cultivo convencional, como poderíamos compreender a redução da área plantada senão a partir de uma rejeição aos cultivos transgênicos existente entre os produtores franceses, provavelmente enraizada na resistência dos consumidores aos alimentos geneticamente modificados e na pressão de organizações ambientalistas, de consumidores e de agricultores -aí especificamente a *Confédération Paysanne*-, contrárias a esses cultivos?

Voltando às sementes clandestinas de colza. A partir da cobertura da imprensa francesa dada ao caso, pode-se perceber que, durante a semana que decorre entre a admissão, pela Advanta, da ocorrência da contaminação e a decisão do governo francês de ordenar a destruição das lavouras de colza contaminadas, uma disputa estava em curso.

O que chama a atenção, porém, não é a existência da polêmica no cenário político francês, personificada nas figuras da Ministra do Meio Ambiente e do Ministro da Agricultura -respectivamente pró e contra a destruição-, mas o isolamento do último na defesa de sua posição, que seria derrotada.

Os argumentos do Ministro da Agricultura francês, atestando a inocuidade das lavouras clandestinas e afirmando a não necessidade de sua destruição, coincidiriam com os expostos no comunicado de imprensa da Advanta-France<sup>21</sup>, mas, aparentemente, com os de mais ninguém.

Excetuando-se o Ministro da Agricultura, a destruição das lavouras ilegais parecia ser consensual na sociedade francesa, não encontrando resistência sequer entre os agricultores atingidos. A própria Advanta, preocupada com sua imagem, afirmava que as lavouras contaminadas não ofereciam riscos, mas ainda assim não ousava se opor à sua destruição, prontificando-se a participar da indenização dos agricultores cujas lavouras fossem destruídas.

Assim, a questão efetivamente em debate não era se as lavouras ilegais, cultivadas involuntariamente a partir de sementes de colza contaminadas com transgênicos, seriam ou não destruídas, mas sim como se daria a indenização dos agricultores prejudicados<sup>22</sup>.

Um outro episódio de lavouras contaminadas- ocorrido pouco depois do anteriormente comentado- é bastante ilustrativo, servindo à compreensão das sensibilidades presentes no debate da sociedade francesa com relação às lavouras transgênicas clandestinas.

Em 21 de junho, fora divulgada a existência, na França, de 4.000 hectares de lavouras clandestinas de milho transgênico. As sementes utilizadas nessas áreas haviam sido comercializadas como não-transgênicas, tendo sido assim que os agricultores as semearam.

Até início de julho, o governo francês ainda não se manifestara a respeito do assunto. A imprensa comentaria que o fato da decisão governamental a respeito da destruição ou não dessas lavouras ter seu anúncio previsto para a primeira semana de julho, e não antes disso, podia ser atribuído à tática governamental de, deliberadamente, evitar se pronunciar sobre o assunto antes da realização do julgamento de Millau.

“Se não ordena a destruição das lavouras, o governo se arrisca a uma reação violenta da *Confédération Paysanne*... Se ordena, deverá indenizar os agricultores pela perda da colheita. Provavelmente sozinho, já que a responsabilidade civil das empresas produtoras de sementes não é reconhecida. Em 25 de maio, o governo ordenou a destruição de 600 hectares de colza contaminada. A empresa Advanta, que forneceu as sementes, havia aceitado ‘participar’ da indenização dos agricultores, mas não mais que isso. E nada leva a crer que o importador do milho, a empresa Golden Harvest, chegue sequer a isso”<sup>23</sup>.

A maneira como é retratada pela imprensa a tensão vivida pelo governo francês diante da pressão exercida por organizações da sociedade -notadamente a *Confédération Paysanne*, que há poucos dias demonstrara, em Millau, sua capacidade de mobilização e um amplo leque de alianças na sociedade- é indicadora da ilegitimidade da manutenção das lavouras transgênicas clandestinas, ilegais, naquele país.

## No Rio Grande do Sul<sup>24</sup>

### O contexto nacional

No Brasil, não há qualquer cultivo geneticamente modificado cuja produção em escala comercial tenha sido legalmente autorizada. Isso não significa, entretanto, que não existam lavouras transgênicas no país.

Em 1º de setembro de 1999, o presidente da Associação Brasileira de Produtores de Sementes (Abrasem) -afirmando que contrabandistas de sementes de soja transgênica vinham realizando dias de campo, com distribuição de folhetos e ofertas de sementes- anunciava que o plantio de soja transgênica no Rio Grande do Sul deveria, a partir de sementes contrabandeadas da Argentina, atingir 1 milhão de hectares na safra 1999/2000, o que corresponderia a cerca de um terço da área cultivada com a oleaginosa no estado<sup>25</sup>.

A soja Roundup Ready, da empresa Monsanto, foi objeto -em junho de 1998- do primeiro pedido para cultivo transgênico em escala comercial no país, tendo recebido parecer favorável da CTNBio em setembro do mesmo ano<sup>26</sup>.

Entretanto, a autorização do plantio em escala comercial da soja RR tem, desde então, sido impedida por sucessivas batalhas judiciais, em que o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), juntamente com a organização ambientalista Greenpeace, vem obtendo sucesso -derrotando na Justiça os pleitos da Monsanto e da União- na manutenção da exigência da apresentação de Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (Eia-Rima) como condição prévia para a autorização dos cultivos transgênicos em escala comercial.

Embora considerando que os fatos não podem ser explicados por acontecimentos posteriores, a menção a dois episódios recentes -posteriores à ocorrência das lavouras clandestinas no Rio Grande do Sul, a ser analisada adiante- pode ser significativa para a compreensão dos alinhamentos relativos ao tema, bem como da atual amplificação da repercussão do debate público em torno dos transgênicos no cenário nacional.

O primeiro, a denúncia, por Greenpeace e Idec, da presença, nas prateleiras dos supermercados brasileiros, de alimentos contendo organismos geneticamente modificados<sup>27</sup>.

O segundo, as batalhas judiciais em torno da autorização da entrada no país de cargas de milho transgênico importado destinado à alimentação animal, especialmente à avicultura<sup>28</sup>.

Enquanto o primeiro episódio parece trazer como conseqüências imediatas a maior cobertura do tema pela mídia e uma possível sensibilização de parcelas mais amplas da população -que subitamente se dá conta de que esses “tais transgênicos” já fazem parte de seu cotidiano-, o segundo episódio, colocando o

Executivo em posição de confronto com a Justiça, o levaria a posicionar-se, sem qualquer ambigüidade, favoravelmente aos organismos geneticamente modificados<sup>29</sup>.

### **O debate gaúcho**

No Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, ainda antes de ser empossado Governador do Estado, anunciava, no final de novembro de 1998 -imediatamente após a derrubada na Justiça de uma liminar que impedia o cultivo comercial de transgênicos no país-, ser posição do futuro governo a manutenção do estado como zona livre de produtos transgênicos, ou seja: que em território gaúcho não haja, no que concerne à agropecuária e à alimentação, a produção, a comercialização ou o consumo de organismos geneticamente modificados.

Esse posicionamento conformava a diretriz a partir da qual o governo gaúcho interviria no tema, mas também, no sentido inverso, o tom que seria assumido pelos setores oposicionistas.

Seria assim que, em fevereiro de 1999, um deputado da base governista apresentaria à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul projeto de lei propondo a proibição no estado do cultivo e comercialização de organismos geneticamente modificados. E que, em março, o governador assinaria um decreto regulamentando a lei estadual -de 10 de dezembro de 1991- que dispõe sobre pesquisas, testes, experiências ou atividades desenvolvidas nas áreas de biotecnologia e engenharia genética, envolvendo organismos geneticamente modificados, bem como produtos advindos dessa tecnologia<sup>30</sup>.

Seria também nesse contexto que, durante o ano de 1999, cinco deputados da oposição ao governo apresentariam projetos de lei favoráveis aos cultivos transgênicos no estado e que a Assembléia Legislativa -majoritariamente oposicionista- aprovaria, em dezembro, um substitutivo à lei estadual e ao decreto do governador -mencionados anteriormente-, pretendendo conferir ao governo federal exclusividade na fiscalização de produtos geneticamente modificados<sup>31</sup>.

A polêmica não se daria, porém, apenas -e nem centralmente- entre o governo e o parlamento estaduais.

A partir de abril de 1999, promovidos por um amplo leque de entidades e movimentos gaúchos -que incluía, inicialmente, do MST à Farsul, passando por ONGs e entidades ambientalistas-, realizar-se-iam, em todo o estado, seminários regionais, propondo-se à sociedade civil o debate do tema transgênicos<sup>32</sup>.

Em julho, o Greenpeace lançaria campanha pública pela transformação do Rio Grande do Sul em estado livre de transgênicos<sup>33</sup>. Em outubro, o Movimento das Donas de Casa e Consumidores se manifestaria, em ato público realizado



durante seu Encontro, em Gramado, contra o cultivo de plantas transgênicas<sup>34</sup>. Também em outubro, um conjunto de entidades ligadas aos pequenos agricultores -dentre as quais o MST, que declarava considerar deverem as áreas com lavouras de soja transgênica ser destinadas à reforma agrária- solicitaria ao Ministério Público que iniciasse uma “investigação rigorosa” sobre o estímulo e a indução ao plantio de soja transgênica no estado<sup>35</sup>.

Em vários municípios gaúchos, seriam aprovadas legislações proibindo ou autorizando o cultivo de organismos geneticamente modificados<sup>36</sup>. Também seriam indicadores da polarização que o debate alcançava no interior do Rio Grande do Sul os pronunciamentos, em novembro, de duas associações regionais de municípios -da Zona da Produção e do Planalto Médio-, críticos à ação fiscalizadora realizada pela Secretaria de Agricultura estadual, bem como, na seqüência, o anúncio da Famurs -uma das entidades que congrega as prefeituras municipais gaúchas- de que encaminharia ao Ministério da Agricultura documento solicitando a liberação do plantio de transgênicos no país e que a fiscalização fosse competência exclusiva do governo federal.

Enquanto que, em âmbito nacional, os posicionamentos do meio científico tendiam a reforçar a necessidade de precaução diante dos organismos geneticamente modificados<sup>37</sup>, os pesquisadores gaúchos se posicionavam de maneira menos cautelosa com relação à utilização das biotecnologias na agricultura<sup>38</sup>, tom que seria acentuado em um documento entregue à Assembléia Legislativa, em dezembro de 1999, por um grupo de 27 professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em resposta às, consideradas levianas, declarações do Diretor de Reforma Agrária da Secretaria de Agricultura estadual<sup>39</sup>.

Com o que foi apresentado até aqui, é possível perceber a intensidade da polêmica a respeito dos cultivos transgênicos no Rio Grande do Sul, bem como o espectro dos agentes sociais participantes desse debate público<sup>40</sup>.

Entretanto, esses agentes se tornariam, durante um período, coadjuvantes, na medida em que o centro da polêmica era deslocado dos espaços em que se realizava o debate público para os espaços em que se desenrolava o confronto direto entre, por um lado, as ações do governo do estado e, por outro, as ações de produtores de soja pró-transgênicos.

Antes de chegar, porém, a esse ponto, é necessário destacar alguns dos acontecimentos que, enquanto o debate se desenrolava, anunciavam o clima em que se daria esse confronto.

### **O confronto anunciado**

Com base no decreto assinado pelo governador gaúcho no início de março, a Secretaria de Agricultura interditava dezenas de áreas experimentais de cultivos transgênicos. Os experimentos, apesar de autorizados pela CTNBio, não haviam apresentado Eia-Rima, tornado pré-requisito pelo decreto estadual<sup>41</sup>.

Cabe, pelo símbolo que seu desfecho criaria, comentar um desses casos de interdição, o primeiro deles. Em 15 de março, a Secretaria de Agricultura notificava o Instituto Rio-Grandense do Arroz pelo cultivo de 300 pés de arroz transgênico da área experimental da empresa AgrEvo -situada na Estação Experimental do Irga, em Cachoeirinha. Em 22 de abril, constatada a inadequação do isolamento da área em que se realizava o experimento, as plantas seriam, por determinação da CTNBio, queimadas.

As imagens da queima dessa área experimental, presenciada pelo Secretário de Agricultura, ganhavam destaque na mídia gaúcha e nacional. O fato de ter sido a ação executada por determinação da CTNBio seria encoberto pela versão que associava o ato de destruição ao governo estadual -daí o destaque conferido à presença do Secretário na cena. Dentre os comentaristas, haveria aqueles que apontariam o paralelo entre a suposta ação da Secretaria de Agricultura com as fogueiras de livros do nazismo: de um lado, o autoritarismo e o obscurantismo, de outro, a ciência. Essa era a mensagem.

A imagem criada era, ainda, associada a uma ação anteriormente realizada pelo MST, que -em 1º de março, no assentamento Rondinha, município de Jóia- havia destruído uma lavoura de um hectare de soja, anteriormente denunciada pelo próprio movimento.

Em 13 de maio, a partir de denúncia feita junto ao Ministério Público pela Secretaria de Agricultura, a Polícia Federal interditava, em Cruz Alta, 2.353 sacas de sementes de soja depositadas em uma cooperativa, 540 mil quilos de soja armazenados em um silo e uma lavoura de cinco hectares, pertencentes a um único produtor. Amostras seriam coletadas para teste de transgenia.

No dia seguinte, a imprensa gaúcha divulgava que na safra que então se colhia teriam sido plantadas no Rio Grande do Sul sementes de soja transgênica, contrabandeadas da Argentina. Nos dias subseqüentes, declarações da Monsanto e da Abrasem reafirmariam que enquanto se podia estimar que na safra gaúcha, então sendo colhida, a presença da soja transgênica corresponderia a um terço da área plantada, no ano seguinte o país deveria colher um milhão de toneladas de soja geneticamente modificada. A mídia, assim, transformava em “fato consumado” a presença e expansão de lavouras transgênicas de soja no estado.

Ao governo estadual, restava, frente ao fato consumado produzido, mostrar que agiria firmemente no sentido de coibir as lavouras transgênicas clandestinas.

É assim que anuncia a aquisição, no exterior, de *kits* para teste rápido de transgenia, a serem utilizados como instrumento de fiscalização de sementes e lavouras transgênicas<sup>42</sup>.

Ainda, durante a realização do maior evento do setor agropecuário realizado no Rio Grande do Sul, a Expointer, o Secretário de Agricultura declarava que toda lavoura de transgênicos seria destruída, sem direito a indenização, alertando que os produtores não poderiam alegar não terem sido avisados.

Também, era nesse quadro que o governo gaúcho afirmava que seriam fiscalizados todos os lotes de soja que fossem entregues para armazenamento nas unidades da Companhia Estadual de Silos e Armazéns, sendo impedida a estocagem de transgênicos nos armazéns do órgão público<sup>43</sup>.

Um novo episódio viria a se somar ao clima de ameaça que pairava sobre os agricultores que semeavam soja transgênica. Cumprindo decisão judicial inédita no país, a Polícia Federal incinera 22,5 sacas de soja transgênica, que haviam sido apreendidas, em outubro de 1998, em Júlio de Castilhos<sup>44</sup>.

Em outubro, os fiscais da Secretaria de Agricultura coletariam -nas regiões Noroeste, Planalto e Alto Uruguai- 800 amostras de sementes de soja, que seriam submetidas a teste de transgenia: os proprietários de sementes identificadas como transgênicas teriam o produto interdito.

Embora seja impossível dimensionar, pode-se afirmar que algum efeito tiveram os apelos, ameaças e ações do governo estadual.

Indicadora disso, a declaração do presidente da Federação das Cooperativas Agropecuárias do Rio Grande do Sul, atestando que, depois de iniciada a campanha em que o governo alertava contra a ilegalidade do plantio de transgênicos, havia crescido a venda de sementes de soja convencional pelas cooperativas<sup>45</sup>. E, ainda, as referências à posição do governo estadual, que escutei, em vários momentos, durante pesquisa de campo: “é culpa do Bigodudo... o Bigode é que não quer”; “o Bigode disse que ia arrancar tudo”; “a maioria tava com medo de cadeia”<sup>46</sup>.

Agricultores deixavam de plantar as sementes transgênicas clandestinas, mas outros não.

### **As lavouras clandestinas**

Em Tupanciretã, o Clube Amigos da Terra declarava estimar que seriam plantados, na região, 100 mil hectares de lavouras cultivadas com soja geneticamente modificada.

Ao mesmo tempo em que afirmavam o cultivo da soja transgênica, produtores dessa região -área central do estado- tentavam impedir a vistoria, por equipes de fiscais da Secretaria de Agricultura, dos armazéns onde estavam estocadas as sementes<sup>47</sup>.

Enquanto a Secretaria de Agricultura afirmava que os fiscais tinham direito de acesso às propriedades e poder de polícia, os produtores caracterizavam o trabalho de fiscalização, que agora se realizava em galpões, armazéns e lavouras -até outubro a fiscalização se concentrara em produtores de sementes e no comércio-, como invasão domiciliar.

Em nota publicada na imprensa, em 9 de novembro, a Farsul protestava contra o que considerava “excessos” na fiscalização das lavouras gaúchas para identificar o plantio clandestino de soja transgênica. A entidade alegava que “somente órgãos da administração federal têm o poder de ingressar em propriedades rurais para fiscalizar a produção de grãos geneticamente modificados”, caracterizando a ação da Secretaria de Agricultura como “abuso de poder e violação do direito de propriedade”.

No mesmo dia, em Júlio de Castilhos, a polícia abria inquérito para apurar a denúncia de dois fiscais da Secretaria de Agricultura, que teriam sido mantidos, por produtores de soja pró-transgênicos, como reféns em cárcere privado.

Em 11 de novembro, realizava-se um encontro, convocado pelo vice-governador, Miguel Rossetto -em promoção conjunta com Fecoagro e Ocergs-, reunindo os diversos setores envolvidos no tema -entidades do setor agrícola, indústrias e órgãos públicos, como Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e Ministério da Agricultura. Nesse encontro, seria debatida uma proposta de ação conjunta, ficando pactuado que a Secretaria de Agricultura suspenderia a fiscalização de sementes até o final do mês de novembro, sendo mantidas apenas as vistorias em lavouras; durante esse período, cooperativas e indústrias fariam um mutirão para a identificação de produtores com posse de sementes transgênicas -a intenção era recolher o produto e providenciar sua substituição por variedades convencionais-; a decisão não anulava as autuações já executadas. A nota conjunta contaria com a adesão de 11 entidades do setor rural, cooperativas e indústrias. A Farsul, alegando discordar da fiscalização das lavouras pela Secretaria de Agricultura, se recusaria a subscrever o pacto.

A ação organizada dos produtores pró-transgênicos se faria presente, dali em diante, e cada vez de forma mais intensa, a cada tentativa de fiscalização, impedindo a atuação dos fiscais da Secretaria de Agricultura, bem como as incursões da Polícia Federal.

Quando o delegado da Polícia Federal de Passo Fundo, que anunciara que prenderia em flagrante os agricultores identificados como cultivando ou armazenando sementes de soja transgênica, indicia o primeiro produtor no estado

-plantador de soja transgênica, ele havia expulsado de sua propriedade os fiscais da Secretaria de Agricultura-, o indiciado se apresenta para depor acompanhado de produtores portando faixas de protesto.

Em 1º de dezembro, quando os fiscais tentavam reiniciar, na região de Cruz Alta, a vistoria em galpões, seriam impedidos -sendo inclusive registrada agressão física a um deles. Também em Tupanciretã, oito equipes de fiscais seriam impedidas de trabalhar: durante todo o dia, caminhonetes bloqueariam a entrada do Centro de Treinamento da Emater, onde estavam alojados. Centenas de produtores de Tupanciretã, Júlio de Castilhos, Cruz Alta, Jóia, Fortaleza dos Valos, Quevedos e Santo Antônio das Missões permaneceriam no local, impedindo a realização da fiscalização.

### **O desfecho**

No dia seguinte à manifestação de centenas de produtores em Tupanciretã, a Secretaria de Agricultura suspenderia a fiscalização, convidando representantes dos produtores e cooperativas para uma reunião com o vice-governador<sup>48</sup>.

O governo do estado anunciaria uma linha de crédito, para que os agricultores gaúchos substituíssem as lavouras de soja transgênica por convencionais.

A Farsul manifestaria reservas em relação à nova linha de crédito, apontando que o ideal -acreditando que até então a decisão judicial em âmbito federal seria favorável aos transgênicos e que, assim, esses produtores passariam a estar dentro da lei- seria a suspensão das vistorias até o início da colheita, quando “a aplicação de um agroquímico revelaria as lavouras ilegais”.

Ao mesmo tempo, produtores e dirigentes rurais de Cruz Alta, Jóia e Tupanciretã declaravam não pretender utilizar a linha de crédito oferecida pelo governo estadual, afirmando sua convicção pelo produto geneticamente modificado, sua falta de disposição para assumir novos empréstimos e seu receio da identificação no momento da tomada do financiamento.

Em reunião regional realizada em Cruz Alta, os sindicatos rurais orientariam aos produtores que permanecessem mobilizados e que, ao menor sinal de vistoria, comunicassem aos sindicatos: seriam organizados deslocamentos de produtores aos locais fiscalizados. A intenção declarada era evitar que a incineração de lavouras com soja transgênica atingisse qualquer produtor da região.

Entretanto, mesmo não estando ainda em vigor a lei aprovada pela Assembléia Legislativa em 8 de dezembro, que se propunha a retirar do Estado a atribuição de fiscalizar o plantio de produtos transgênicos -lei considerada inócua pelo governo estadual-, as vistorias não seriam retomadas. O governo recuava.

Já em abril de 2000, durante a Feira Nacional da Soja, em Santa Rosa, em “Nota de esclarecimento dirigida aos compradores de soja da safra 99/2000” -assinada conjuntamente pelo governo do estado, Sindicato da Indústria de Óleos Vegetais, Farsul, Fecoagro, Cooperativa Central dos Assentamentos, Associação Brasileira de Agribusiness, Central Única dos Trabalhadores e pelas cooperativas Copalma, Coopermarau, Cotripal, Cotrimaio, Cotrijuí, Agropan e Cotrisul-, as entidades comprometer-se-iam a continuar empenhadas na orientação aos produtores rurais quanto à proibição do plantio de soja transgênica, objetivando sua completa erradicação na safra 2000/2001.

## **Pistas para pensar**

### **Consumidores: lá e cá**

Tomando por contraponto o caso francês, em que observamos -em um contexto em que expressivos setores da sociedade têm manifestado publicamente sua rejeição aos alimentos geneticamente modificados- a ausência de resistência à destruição das lavouras de colza contaminadas por transgênicos, busquemos compreender alguns dos elementos que estariam atuando no sentido da conformação, em uma parcela do meio rural gaúcho, de algo como um senso de legitimidade atribuído à defesa das lavouras transgênicas clandestinas, ilegais.

Antes disso, porém, voltemos nossa atenção para uma outra importante diferença entre as duas sociedades: a mobilização dos consumidores. E para interrogar o que se passa entre consumidores franceses e gaúchos, vejamos previamente uma análise que contrasta, em relação ao tema, europeus e brasileiros.

Enfocando o tema dos transgênicos a partir da perspectiva de uma sociedade global de risco, Guivant (2000[b]) -mostrando como insuficiente para a interpretação do debate a simples oposição entre leigos e peritos- registra que enquanto nos países europeus se observa uma mobilização mais generalizada entre os consumidores, o mesmo não estaria ocorrendo no Brasil, onde certos setores peritos juntamente com grupos organizados de defesa dos direitos dos consumidores e outras ONGs concentrariam as ações.

A autora, relacionando a essa maior generalização da mobilização dos consumidores europeus uma “expectativa de risco zero” no que se refere aos produtos alimentares, demarca a diferença em relação ao público consumidor brasileiro, que, frente à precariedade do controle e fiscalização dos alimentos, estaria distante de uma expectativa de controle total dos riscos. É assim que Guivant sugere a existência, entre os consumidores brasileiros, de uma atitude de resignação ou indiferença frente aos riscos possíveis.

Tendo presente, como ensina Fischler (1979), que “o homem é um onívoro que se alimenta de carne, de vegetais e de imaginário”, poderíamos pensar em

matizar, através das representações particulares que cada sociedade constrói em relação à comida, a abordagem geral -que diferencia consumidores europeus e brasileiros quanto às percepções aos riscos alimentares- proposta por Guivant (2000[b]).

Afinal, é com base na particular importância atribuída à comida pelos franceses que podemos compreender ser a França o país europeu em que se manifesta a maior resistência aos alimentos geneticamente modificados<sup>9</sup>.

Dessa forma, poderíamos levantar como hipótese que uma suposta maior resistência dos consumidores gaúchos -em comparação ao conjunto da população brasileira- aos alimentos transgênicos estaria alicerçada, por um lado, em uma maior politização da sociedade gaúcha, que a aproximaria de uma expectativa de maior controle dos riscos referentes aos produtos alimentares, e, por outro lado, em uma relação diferenciada com o campo -mais especificamente com a agricultura colonial-, que daria base para a atribuição de uma particular importância simbólica à comida entre os gaúchos.

Entretanto, essa é apenas uma hipótese, que não tem se confirmado como diferenciação entre as ações de consumidores gaúchos e de consumidores do conjunto do país.

Em São Paulo como em Porto Alegre, assim como em algumas outras capitais brasileiras, poucos e pequenos atos em supermercados, realizados -confirmando a concentração da ação apontada por Guivant (2000[b])- por ONGs ambientalistas, entidades de consumidores e políticos, marcaram, de fato, a ausência de mobilização dos consumidores -gaúchos e brasileiros- na ocasião em que Greenpeace e Idec denunciaram a presença de alimentos transgênicos nas prateleiras dos supermercados brasileiros.

E é nesse contexto, de incipiente mobilização por parte dos consumidores com relação aos alimentos geneticamente modificados, que devemos buscar compreender o conflito protagonizado, no campo gaúcho, pelos produtores pró-transgênicos.

### **A legitimidade da ilegalidade**

Como visto anteriormente, o clima que antecederia às mobilizações dos produtores pró-transgênicos prenunciava o acirramento do conflito.

A queima, determinada pela CTNBio, de uma área experimental de arroz transgênico, bem como a incineração, pela Polícia Federal, de sacos de soja transgênica anteriormente apreendidos, pareciam -mesmo sendo independentes da ação do governo estadual- conferir concretude às ameaças do Secretário de Agricultura de que as lavouras clandestinas seriam destruídas.

É o que se pode perceber pela declaração, já em dezembro, dos sindicatos rurais (patronais) da região de Cruz Alta, que convocavam os produtores a permanecer mobilizados com a finalidade de evitar que a incineração de lavouras com soja transgênica atingisse qualquer produtor da região. Ou pela frase, também já mencionada, proferida por um agricultor: “o Bigode disse que ia arrancar tudo”.

Seria, então, o temor real da destruição das lavouras transgênicas clandestinas o elemento central que conformava a reação dos produtores pró-transgênicos diante da ação fiscalizadora do governo estadual?

Com os dados disponíveis, não é possível inferir o que se passava nas cabeças das centenas de produtores que então se mobilizaram. É possível, no entanto, interrogar o que movia suas lideranças, considerando sempre relevante seu alinhamento político em oposição ao governo estadual. Vejamos.

Pelas declarações registradas pela imprensa, podemos perceber que algumas lideranças pareciam pressupor que a ilegalidade das lavouras clandestinas era momentânea. Atestavam confiança em que, até o período de colheita, o cultivo da soja transgênica estaria autorizado no país.

Assim, a convicção -construída em consonância com a visão propagada pela mídia e com a omissão do governo federal na repressão ao cultivo ilegal da soja transgênica- de que a ilegalidade do cultivo da soja geneticamente modificada era provisória estaria possivelmente atuando na conformação de um senso de legitimidade da defesa das lavouras clandestinas. Afinal, como poderiam ser destruídas as lavouras clandestinas, se antes de sua maturação deixariam de ser ilegais?

Esse pode ser um elemento explicativo a ser considerado na análise, mas certamente ainda não suficiente. E se esteve presente no momento em que as plantas cresciam, parece ter se esvaído logo em seguida: lembremos da declaração, em março de 2000, do representante do Sindicato Rural de Cruz Alta, que protestava ante a recusa da Companhia Estadual de Silos e Armazéns em armazenar os grãos transgênicos, então sendo colhidos, ainda ilegais.

Outro elemento que parecia informar a ação dos produtores pró-transgênicos era a alegada ilegitimidade do governo estadual para proceder à fiscalização das lavouras. Suas lideranças, encontrando eco na Assembléia Legislativa gaúcha, afirmavam ser a ação fiscalizadora, que se propunha a identificar as lavouras transgênicas clandestinas, competência exclusiva da União. Dessa forma, a partir do entendimento de que a fiscalização não seria da competência dos órgãos públicos estaduais, consideravam que o governo do estado estava “invadindo as propriedades”.

Nesse sentido, um dirigente de um Clube Amigos da Terra argumenta<sup>50</sup> que a competência do governo estadual estaria restrita à fiscalização de sementes, mas



que “a soja que nós temos em casa, a semente própria do produtor”, produzida na propriedade e reservada para o plantio na safra seguinte, não poderia, por não ser documentada, ser considerada semente. Por isso considerar que o governo estadual “invadiu as propriedades”<sup>51</sup>.

Antes de introduzir uma outra perspectiva que poderá contribuir na compreensão do movimento em foco, e para melhor fazê-lo, voltemo-nos, por um momento, para os conceitos construídos por Tambiah (1997: 20-21) em sua análise da trajetória dos tumultos envolvendo muçulmanos e cingaleses no Sri Lanka:

“Entendo por *focalização* o processo de retirar progressivamente dos incidentes e das brigas locais suas circunstâncias particulares. Por *transvalorização* refiro-me ao processo paralelo de assimilação das circunstâncias particulares a uma causa ou interesse mais amplo, coletivo, duradouro e, portanto, menos dependente de condições contextuais. Os processos de focalização e transvalorização contribuem, portanto, para uma progressiva polarização e dicotomização dos problemas e das posições políticas (...) Inicialmente, há uma distorção e uma supervalorização dos microeventos. Aos poucos, ocorre um despojamento da especificidade dos eventos em suas situações de origem e sua tradução e incorporação em princípios mais gerais, desvinculados do contexto das identidades, interesses e direitos étnicos ou comunais. Os resultados são vistos como ratificações de antigos danos causados pelo inimigo...”

A discussão da perspectiva de análise proposta por Tambiah a partir da noção de *focalização* -afim à abordagem apontada por Bailey (1968)- somente seria possível com dados -não disponíveis- obtidos por meio de pesquisa etnográfica localizada.

A noção de *transvalorização* pode, entretanto, nos ser útil para aprofundar a reflexão no plano da análise que aqui se desenvolve, com os dados já à mão. Essa abordagem é inspiradora de uma hipótese, a ser explicitada mais à frente. Antes, porém, trago alguns depoimentos de lideranças pró-transgênicos, que possibilitarão a reflexão a ser proposta.

“No fundo, a questão dos transgênicos está sendo usada de fachada para que as áreas, as lavouras produtivas do Rio Grande do Sul, sejam passíveis de desapropriação para fins de Reforma Agrária, para o MST, uma vez que o Secretário de Agricultura do nosso estado é um representante do MST. (...) O Secretário também montou um esquema de disquete-denúncia. Então um empregado que não gostava do patrão, esse funcionário denunciava o patrão, que o patrão tinha soja transgênica (...) O governo do estado... colocou pessoas na fiscalização, pessoas sem a menor competência pra isso, provocadores, eles vinham e diziam pros nossos produtores que eles

iam invadir, tomar as terras dos nossos produtores, que iam botar os nossos produtores na cadeia” (dirigente de um Clube Amigos da Terra)

“O governo do estado anda procurando pra denunciar, pra punir, pra prender... anda de caça às bruxas, procurando achar onde tem transgênico, pra criar dificuldade para aquele produtor, pra empresa ou entidade que eventualmente tenha produto transgênico. (...) O governo do estado estava se arvorando a fazer a fiscalização das lavouras, e não estava se atendo à questão dos transgênicos, mas a outras questões, como trabalhista, pra dificultar ainda mais a vida do nosso produtor. E isso estava sendo uma arma para o governo do estado usar contra a agricultura empregadora, a agricultura empresarial, que nós representamos. O governo do estado, na ideologia dele, não aceita a agricultura que não seja a familiar” (dirigente sindical)

O governo do estado estaria, então, segundo essas lideranças -que afirmam considerar os transgênicos necessários para garantir a competitividade econômica dos produtores brasileiros no mercado internacional, seguros para o consumo humano e animal, menos poluidores que as lavouras convencionais, que receberiam maiores cargas de agroquímicos, e incontestamente avalizados pelo meio científico-, utilizando o combate à ilegalidade das lavouras de soja transgênica como pretexto para uma suposta luta política contra os grandes proprietários.

À ação fiscalizadora das lavouras clandestinas realizada pelo governo estadual estariam sendo associados o receio da aplicação da legislação trabalhista e, antes de mais nada, a ameaça de desapropriação de terras para Reforma Agrária.

Estaria, assim, ocorrendo a “assimilação das circunstâncias particulares a uma causa ou interesse mais amplo, coletivo, duradouro e, portanto, menos dependente de condições contextuais” (Tambiah, 1997). E se de fato essa perspectiva se apresentar frutífera para a compreensão do processo, será preciso levar ainda em conta, como conformadoras desse imaginário, as ameaças de destruição de lavouras clandestinas por parte de representantes do governo estadual ou as ações e declarações do MST, que em vários momentos afirmou que promoveria a ocupação das áreas cultivadas com transgênicos.

Poderíamos, assim, sugerir que, dentre outros aspectos, a legitimidade da defesa das lavouras transgênicas ilegais estaria alicerçada no confronto a uma outra legitimidade, há mais tempo forjada, também por ações de enfrentamento: a legitimidade das ocupações ilegais de terra, promovidas pelo MST.

Se e como os aspectos aqui analisados -que, entre as lideranças dos produtores pró-transgênicos gaúchos, parecem conferir legitimidade à defesa das lavouras clandestinas- estariam presentes nas representações sociais das centenas de

produtores que se mobilizaram em reação à ação fiscalizadora do governo estadual ou daqueles que, em muito maior número -e com diferentes tamanhos de propriedade e simpatias políticas-, anonimamente, sem se manifestar, desafiando a lei, cultivaram (e cultivarão) sementes de soja transgênica... bem, essa é uma outra história.

## **Bibliografía**

- Bailey, F. G. 1968 “Gifts and poison”, in *Gifts and poison: the politics of reputation* (Chicago: Aldine).
- Champagne, Patrick 1987 “La fête au village”, in *Actes de la recherche en sciences sociales* (Paris) N° 17/18, 73-84.
- Champagne, Patrick 1998 *Formar a opinião - o novo jogo político* (Petrópolis: Vozes).
- Durant, John; Martin W. Bauer & George Gaskell (eds.) 1998 *Biotechnology in the public sphere-a european sourcebook* (Londres: Science Museum).
- Fischler, Claude 1979 “Présentation”, in *Communications* (Paris: Seuil) N° 31.
- Giuliani, Gian Mario 2000 “O dilema dos transgênicos”, in *X Congresso Mundial de Sociologia Rural* (Rio de Janeiro: IRSA) Paper 0201.
- Guivant, Julia S. 2000[a] “Reflexividade na sociedade de risco: conflitos entre leigos e peritos sobre os agrotóxicos”, in Herculano, Selene (org.) *Qualidade de vida e riscos ambientais* (Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense).
- Guivant, Julia S. 2000[b] “Cross alliances: lay and expert knowledge facing food risks”, in *X Congresso Mundial de Sociologia Rural* (Rio de Janeiro: IRSA) Paper 1479.
- Marques, Paulo Moruzzi & Susana Bleil Marques 2000 “O mundo não é uma mercadoria”, in *Em Tempo* (São Paulo) Vol 11, N° 316.
- Menasche, Renata 1999 “O que está em jogo com os transgênicos?”, in *Progresso científico sem controle democrático ameaça o planeta* (Porto Alegre: Prefeitura Municipal) 35-40.
- Menasche, Renata 2000[a] “Transgênicos: uma cronologia”, in <http://www.ufrpe.br/~agrisust/trans/crono.htm>.
- Menasche, Renata 2000[b] “Frankenfoods e representações sociais”, in *X Congresso Mundial de Sociologia Rural* (Rio de Janeiro: IRSA) Paper 419.
- Steil, Carlos Alberto 1998 “Política, etnia e ritual: o Rio das Rãs como remanescente de quilombos”, in *Revista de Ciências Humanas* (Florianópolis) Vol. 16, N° 24, 93-110.
- Tambiah, Stanley J. 1997 “Conflito etnonacionalista e violência coletiva no sul da Ásia”, in *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (São Paulo) Vol. 12, N° 34.

---

## Notas

1 Em 12 de julho de 2000, a Ministra francesa do Meio Ambiente, Dominique Voynet, levantaria a suspeita de que os episódios de contaminação de lavouras na Europa poderiam estar sendo intencionalmente provocados pelas empresas de sementes como forma de testar a reação da União Européia (“France’s Voynet questions motives of GMO seed firms”, *Reuters*, 13/7/00).

2 As informações referentes à história aqui comentada foram -exceto quando explicitada outra fonte- extraídas de reportagens de jornais e revistas. *Libération*: “Il était une foi nommée Bové -l’icône paysanne possède un long passé militant”, 30/6/00; “Le Larzac, terreau du combat idéologique- les intellectuels-paysans y ont semé leurs idées”, 30/6/00; “José Bové, pont entre le rural et l’urbain -Jean Viard, directeur de recherches au CNRS, décrypte la ‘bovémania’”, 30/6/00; “Des prud’hommes au tribunal d’instance- les syndicats dénoncent une ‘criminalisation des mouvements sociaux’”, 30/6/00; “Héros potaches au tribunal -Bové et les siens ont revendiqué leur ‘légitimité’ face à la légalité”, 1-2/7/00; “José Bové, au beau Millau du monde- 25 000 personnes dans les rues de la ville ont transformé son procès en joyeux festival antimondialisation”, 1-2/7/00; “On est nombreux à être minoritaires”, 3/7/00; “Justice pressée”, 5/7/00. *The Guardian*: “Arrest hardens French action against burger chain”, 24/8/99; “McDonald’s campaign spawns French hero -political activist turned French peasant has fast food on the run”, 11/9/99; “GM martyr ignites global protest- a French farmer is acting as a lightning rod for growing anger”, 12/9/99; “Carnival greets French farmer who took on McDonald’s”, 1/7/00. Outros periódicos: “Protesto contra OMC gera rede de solidariedade”, *Zero Hora*, 7/9/99; “Les paysans radicaux montent au front -ils refusent la culture McDo”, *L’événement*, 9-15/9/99; “José Bové contra McDonald’s”, *La Jornada*, 18/1/00; “French town to become ‘Seattle-sur-Tarn’ as protester’s trial begins”, *The Independent*, 26/6/00; “Fast food under fire”, *Financial Times*, 30/6/00; “Europe: defendant to put fast food on trial”, *Financial Times*, 30/6/00.

3 “O mundo não é uma mercadoria” é o título do livro de José Bové, *best seller* na França. A citação aqui reproduzida corresponde ao trecho inicial da reportagem “L’antimondialisation au tribunal de Millau -le procès des ‘démonteurs’ du McDonald’s commence aujourd’hui au milieu des manifestations”, *Libération*, 30/6/00.

4 Dentre diversas ações realizadas pela *Confédération Paysanne* contra os organismos geneticamente modificados, a ação de inviabilizar -através de mistura de sementes- o estoque de sementes de milho da Novartis, em 1998, foi a que obteve maior destaque na mídia. Em comunicação oral -em painel realizado durante o “Foro Internacional: globalização, agriculturas familiares e democracia rumo ao século XXI”, Porto Alegre, 5/7/00-, Frédéric Prat,

representante da ONG francesa InfoOgm, informou que, pela ação contra a Novartis, a *Confédération* foi condenada pela Justiça a pagar uma elevada indenização à empresa. Entretanto, a indenização jamais foi paga, e tampouco a Novartis -temendo danos à sua imagem- insistiu em recebê-la.

5 Criada em 1987, a partir de dissidência da grande organização sindical da agricultura francesa, a *Fédération Nationale des Syndicats des Exploitants Agricoles* -não crítica à intensificação da agricultura, à concentração fundiária e às subvenções às exportações-, a *Confédération Paysanne*, de esquerda e minoritária, diverge da visão produtivista e corporativista da FNSEA ao compreender que a agricultura camponesa tem condições de suprir três dimensões essenciais para a sociedade: uma dimensão social -relacionada à preservação de um grande número de agricultores e à solidariedade entre os diversos movimentos de camponeses de todo o mundo; uma dimensão econômica -em que produzir significa também garantir uma remuneração adequada aos agricultores, a partir da produção de alimentos de qualidade, com alto valor agregado-; e uma dimensão ecológica -em que seja assegurada a preservação da paisagem, do meio-ambiente e da saúde dos cidadãos, assim como o equilíbrio entre grandes e pequenas cidades (Marques & Marques, 2000).

6 Durante o ato, em uma das paredes da lanchonete, foi pichada a frase: “Não queremos comida Frankenstein”. *Mal-bouffe* significa má comida, ou comida de má qualidade, sendo associada à homogeneização e à produção em larga escala, características dos processos de industrialização dos alimentos e de intensificação da produção agrícola. A noção é construída em oposição aos alimentos de qualidade, associados à produção em escala artesanal, de procedência conhecida, sendo valorizadas as características regionais. O Roquefort tem sua importância nessa contraposição: como explicam Marques & Marques (2000), “é o primeiro queijo de denominação controlada, que possui regras precisas de produção a fim de manter uma qualidade inquestionável”. Em julho de 1999, a organização dos agricultores e industriais produtores do Roquefort -a *Confédération de Roquefort*- decidiu, por unanimidade, posicionar-se contrária à presença de organismos geneticamente modificados no queijo que produzem, ou seja, no alimento fornecido a ovelhas (“Le roquefort génétiquement correct -les producteurs du fromage ne veulent plus d’aliments transgéniques pour nourrir leurs brebis”, *Libération*, 2/7/99; “Le Larzac, terreau du combat idéologique- les intellectuels-paysans y ont semé leurs idées”. *Libération*, 30/6/00).

7 A polêmica entre “desmontagem” (*démontage*) e “destruição” (*saccage*) refere-se -como mais um elemento da luta simbólica pela interpretação do episódio- mais concretamente aos fios elétricos do canteiro de obras da lanchonete em construção: teriam sido “retirados” ou “arrancados”? Fernand

Cuché, um dos agricultores da *Confédération Paysanne*, participante da ação, afirma -em entrevista concedida em 5 de julho, em Porto Alegre, durante a realização do “Foro Internacional: globalização, agriculturas familiares e democracia rumo ao século XXI”- que os fios elétricos foram retirados, mas que, não tendo sido realizada perícia oficial (apenas privada), no julgamento os fios foram apresentados cortados. Dessa forma, segundo o informante, teriam sido forjadas provas para incriminar os agricultores no julgamento.

8 A imprensa atribui essa diferença ao fato de Bové haver sido preso anteriormente. Entretanto, Fernand Cuché explica -na entrevista anteriormente mencionada- que, uma vez que também outros acusados já haviam estado presos por participar em ações públicas anteriores, a diferença da fiança fixada para Bové não pode ser entendida a partir dessa justificativa. Cuché afirma que há a tentativa de responsabilizar Bové pela ação, minimizando a responsabilidade dos demais membros da organização sindical, “como se fossemos imbecis... mas todos somos responsáveis”. A interpretação de Cuché pode ser confirmada pelo acompanhamento da imprensa, que traz os termos judiciais empregados para distinguir Bové dos demais acusados: o primeiro seria o “instigador”, os demais, “simples agentes de execução” (“La justice passe après le sacre de Bové”, *Libération*, 3/7/00).

9 As grandes manifestações ocorridas em Seattle durante a Conferência Interministerial da Organização Mundial do Comércio -a chamada Rodada do Milênio- impediriam o avanço das negociações a que a Conferência se propunha: acordos relativos à agricultura, aos serviços e à propriedade intelectual. Dentre os temas centrais dos manifestantes estavam as questões ambientais, destacando-se a palavra de ordem “não aos transgênicos” (Menasche, 2000[a]).

10 Cem mil é a cifra divulgada pelos organizadores da manifestação -dentre os quais a Associação pela Taxação das Transações Financeiras para Apoio aos Cidadãos (Attac), que destaca ser esse número de participantes três vezes maior do que os que estiveram presentes em Seattle (*Courriel d'information Attac*, nº148, 04/07/00). A imprensa menciona, em diferentes momentos, cifras que oscilam entre 20 e 100 mil manifestantes. É interessante notar que, mais que referente a um dado objetivo, a polêmica com relação ao número de participantes de uma ação como esta é comumente parte daquilo que Champagne (1998: 211) aponta como a “luta- em particular, entre o grupo manifestante e a imprensa -para a imposição de uma visão do acontecimento” (grifos do autor).

11 “McDonald’s e camponês francês iniciam batalha”, *O Estado de São Paulo*, 24/6/00; “Camponês é o inimigo da globalização”, *Zero Hora*, 25/6/00.

12 Em um artigo em que analisa a construção da identidade negra por uma comunidade de agricultores descendentes de quilombolas do sertão baiano, Steil (1998) mostra como acontecimentos externos ao grupo -dentre eles a imagem construída pela imprensa- atuam na conformação da nova identidade do grupo.

13 Nas reportagens publicadas pela imprensa francesa a respeito do julgamento, esse é um aspecto recorrentemente destacado, com a inclusão de pequenos trechos de depoimentos de participantes da manifestação, buscando atestar sua origem urbana e seu perfil não militante, aspectos relacionados ao ambiente de festa do evento, que é quase descrito como um grande piquenique campestre em um lindo dia do verão francês.

14 Em outro interessante trabalho, ao analisar a festa de uma aldeia, Champagne (1987) mostra como, com a revalorização, pelo mundo urbano francês, da cultura e da produção de uma agricultura camponesa tradicional, a aldeia e os agricultores se transformam, recriando suas tradições -roupas, comidas, músicas, móveis e produtos modernos são substituídos pelos “tradicionalis”-, realizando a festa “como as de antigamente”, mas agora produzida para os cidadãos.

15 Se na manifestação pública de 1982, como analisa Champagne (1998: 202-09), a FNSEA -criada em 1956- reafirmava o monopólio da representação política do campo francês, será interessante acompanhar a repercussão das ações recentes da *Confédération Paysanne* -minoritária e de esquerda, conforme dito anteriormente- na luta por essa representatividade. Em 1995, nas eleições em que foram escolhidos os representantes sindicais dos camponeses franceses -essas eleições se realizam a cada 6 anos, a próxima estando marcada para janeiro de 2001-, a *Confédération* obteve 4 representantes, enquanto que a FNSEA elegeu 112 (“La ‘Conf’ fait le grand écart -le succès du syndicat de José Bové est d’abord extérieur à la sphère agricole”, *Libération*, 27/6/00; “Les deux visages du syndicalisme agricole”, *L’événement*, 9-15/9/00). Já mais recentemente, uma sondagem de opinião-publicada em 27/2/00, no *Dimanche Ouest France*- apontou que 39% dos entrevistados -contra apenas 13% que indicaram o nome do presidente da FNSEA- consideraram ser José Bové a personalidade que melhor defende os interesses dos agricultores (“La FNSEA ne digère pas Millau”, *Libération*, 7/7/00). Mesmo considerando as restrições a que devem ser submetidas essas sondagens de “opinião pública” (Champagne, 1998), a questão que se apresenta é se a *Confédération* terá, até as próximas eleições, conquistado junto aos agricultores apoio semelhante ao obtido junto à população urbana.

16 Enquanto seus companheiros seriam condenados a penas com *sursis*, Bové teria como sentença a condenação a três meses de prisão. Entretanto, as penas seriam suspensas até que fosse julgada a apelação judicial (“De la prison



‘pour faire entendre raison à Bové’-Le tribunal de Millau l’a condamné à trois mois ferme”, *Libération*, 14/9/00).

17 As informações referentes às lavouras de colza contaminadas por transgênicos na Europa e seus desdobramentos foram -exceto quando explicitada outra fonte- extraídas de diversas reportagens de jornais. *Libération*: “Colza transgénique clandestin”, 20-21/5/00; “Le colza transgénique ne poussera pas”. *Libération*, 26/5/00; “Petite victoire de l’Environnement sur l’Agriculture”, 26/5/00; “Sa force a provoqué sa mort”, 26/5/00; “Qui va indemniser les agriculteurs?”, 26 /5/00. Outros jornais: “Europeu planta GM sem saber”. *Jornal do Brasil*, 19/5/00; “Transgênicos invadem plantações normais”. *O Globo*, 19/5/00; “Franceses localizam sementes transgênicas”, *O Estado de São Paulo*, 25/06/00; “Colza GM assusta EU”, *Jornal do Brasil*, 1/6/00; “EU to pay farmers hit by GM-tainted canadian seed”, *AFX*, 9/6/00; “Advanta remboursera perte de recolte et frais de destruction”, *Les Echos*, 13/6/00; “Compensation for GM muddle farmers”, *The Guardian*, 6/7/00.

18 A empresa afirma ter descoberto o problema em 3 de abril -a contaminação teria sido revelada em um teste de importação realizado na Alemanha-, tendo imediatamente comunicado os governos envolvidos. A notícia só foi divulgada, no entanto, em 17 de maio, pelo Ministro da Agricultura britânico, em resposta solicitada por um parlamentar. Em 18 de maio, a Advanta viria a público admitir o incidente (“La ministre de l’environnement demande la destruction de récoltes de colza transgénique”, *Le Monde*, 20/5/00). Em uma das reportagens consultadas (“Scandal pressures Europe to set labelling standards for GM seeds”, *Ennvironment Daily*, 29/5/00), é também mencionada a contaminação de uma área de 33 hectares em Luxemburgo, cuja destruição teria sido ordenada e indenizada pelo governo. As áreas contaminadas estimadas pela empresa Advanta correspondem a: 600 hectares na França, 500 hectares na Suécia e 400 hectares na Alemanha (“Transgenic rapeseed sown by error in four member states Europe Environment”, *Europe Environment*, 1/6/00). Outras reportagens mencionam que a área contaminada na Suécia teria sido de 1.200 hectares, enquanto que na Grã-Bretanha teriam sido contaminados 4.700 hectares. A colza é utilizada na produção do óleo de canola.

19 Em 1999, o Parlamento Europeu aprovava uma legislação que impedia que os 15 países membros da União Européia autorizassem em caráter permanente o cultivo de qualquer variedade geneticamente modificada. Contudo, em maio de 2000, o Parlamento rejeitaria uma emenda que permitiria a responsabilização por danos causados por cultivos transgênicos à saúde humana e ao meio ambiente. Em junho de 2000, após o escândalo das sementes contaminadas, o Parlamento aprovaria medidas mais restritivas -em

comparação à legislação aprovada no ano anterior -ao cultivo de transgênicos e passaria a discutir a questão da responsabilização civil dos danos causados por esses cultivos. Desde 1998, nenhum novo registro de planta transgênica foi autorizado na Europa.

20 Informações obtidas através de comunicação oral de Frédéric Prat -representante da ONG francesa InfoOgm-, em painel realizado no “Foro Internacional: globalização, agriculturas familiares e democracia rumo ao século XXI”, Porto Alegre, 5/7/00. Mesmo que os dados do representante da ONG pudessem ser considerados otimistas do ponto de vista dos setores contrários aos transgênicos, reportagem publicada no *Le Monde* mostra de forma ainda mais drástica a redução da área cultivada com milho transgênico na França: 2.000 hectares em 1998 e apenas 80 hectares em 1999 (“La ministre de l’environnement demande la destruction de récoltes de colza transgénique”, 20/5/00).

21 “Presence fortuite d’OGM dans un lot de colza de printemps”, *Communique de presse*, Advanta-France, junho/2000.

22 Na ausência de instrumentos legais que permitissem a responsabilização da empresa importadora das sementes clandestinas, o governo francês gestaria junto à empresa e à União Européia compensações aos agricultores.

23 “Arrachage des OGM: toujours pas de décision”, *Libération*, 7/7/00.

24 Exceto quando explicitada outra fonte, as informações contidas nesse item têm origem em Menasche (2000[a]).

25 É importante ter presente que essa declaração, bem como pronunciamentos, no mesmo sentido, da Monsanto ou de membros do governo federal e o tom de várias reportagens publicadas na imprensa -especialmente a gaúcha e, particularmente, o jornal *Zero Hora*-, não tem qualquer compromisso com a informação objetiva a respeito da dimensão da área plantada clandestinamente com soja transgênica, devendo ser interpretada como parte da luta política para a construção da opinião, na sociedade, da inexorabilidade dos cultivos transgênicos no país, particularmente no Rio Grande do Sul, onde o governo estadual sustenta posição contrária aos cultivos geneticamente modificados.

26 A soja Roundup Ready é modificada geneticamente para ser resistente ao herbicida Roundup, também produzido pela Monsanto. A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, criada em 1996, órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia, tem por função examinar a biossegurança dos organismos geneticamente modificados. À CTNBio cabe emitir pareceres no que se refere a esses organismos, sendo atribuição dos Ministérios da Agricultura, da Saúde e do Meio Ambiente a autorização de sua comercialização para uso humano, animal ou em plantas e para liberação no meio ambiente.

27 Em 20 de junho de 2000, Greenpeace e Idec divulgaram que análises de 42 alimentos comercializados no Brasil, encomendadas pelas duas entidades em laboratórios suíços e austríacos, detectaram a presença de transgênicos em 11 produtos. Em 20 de setembro do mesmo ano, Greenpeace divulgaria uma nova lista, denunciando outros quatro alimentos contaminados.

28 A pedido do Ministério da Agricultura, a CTNBio elaborava parecer técnico sobre a biossegurança da importação de milho transgênico para alimentação animal quando, em 26 de junho, a Justiça -julgando a ação civil pública que trata de toda e qualquer espécie geneticamente modificada- profere sentença que obriga o governo federal a exigir a realização de Eia-Rima antes da liberação do plantio de alimentos geneticamente modificados no país, considerando inconstitucional parte de decreto do presidente Fernando Henrique Cardoso, que faculta à CTNBio dispensar a exigência do estudo. A sentença determina, ainda, que a União exija da CTNBio a elaboração de normas de segurança alimentar, comercialização e consumo de alimentos transgênicos, no prazo de 90 dias, e *proíbe a CTNBio de emitir parecer técnico conclusivo enquanto não cumprir a exigência*. Afrontando a sentença judicial, a CTNBio emite, com aval do Ministério da Ciência e Tecnologia, em 30 de junho, parecer favorável à importação de 13 variedades de milho transgênico para utilização em ração animal. O parecer (ilegal) seria utilizado pelo governo federal para, em 6 de julho, derrubar na Justiça a suspensão do descarregamento das 38 mil toneladas de milho transgênico argentino do navio Norsul Vitória, que aguardava -desde 29 de junho, no Porto de Recife- autorização para o desembarque da carga.

29 Em 6 de julho de 2000, o governo federal divulgaria nota oficial -assinada pelos Ministros da Casa Civil, da Agricultura, da Ciência e Tecnologia, da Justiça, do Meio Ambiente, e da Saúde-, defendendo a adoção dos organismos geneticamente modificados no país. Esse posicionamento levaria o Idec a propor a parlamentares a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar o envolvimento do governo federal com as empresas de biotecnologia.

30 O decreto determinava a notificação ao poder público estadual das áreas em que fossem realizadas pesquisas com transgênicos, estabelecendo exigências como a apresentação de Eia-Rima. A partir de então, o Departamento de Produção Vegetal, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, passaria a notificar as áreas com experimentos, anteriormente liberadas pela CTNBio.

31 A Assembléia Legislativa derrubaria, posteriormente, o veto do governador a esse projeto de lei -que se propunha a retirar do governo estadual a atribuição para dispor acerca das atividades relacionadas aos transgênicos-, apresentado com o objetivo imediato de suspender a ação fiscalizadora do

governo gaúcho nas lavouras de soja transgênica clandestinas. Entretanto, o governo estadual declararia considerar inócua a aprovação dessa lei, uma vez que a Constituição Federal atribui às unidades da Federação coresponsabilidade na fiscalização em questões relacionadas à preservação do meio ambiente.

32 MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Farsul: Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul, a organização sindical patronal rural; ONGs: Organizações Não-Governamentais.

33 A campanha coletaria 45 mil assinaturas em apoio ao projeto de lei que tramitava na Assembléia Legislativa propondo a proibição dos transgênicos no estado. As assinaturas seriam entregues, em novembro, à Assembléia, em ato organizado pelo Greenpeace juntamente com outras ONGs e entidades -dentre as quais Núcleo Amigos da Terra/Brasil, Agapam, União Pela Vida, Colméia, Igreja Evangélica Luterana, Igreja Católica, Centro Ecológico Ipê, Movimento das Donas de Casa e Consumidores e Departamento de Ecologia da OAB.

34 Já em novembro de 1998, o Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Porto Alegre havia divulgado, no Brique da Redenção, a campanha “Alimento saudável, direito de todos: cuidado com os transgênicos”.

35 As entidades solicitavam que fossem investigados os Clubes Amigos da Terra de Cruz Alta, Júlio de Castilhos e Tupanciretã, assim como a empresa Monsanto e os prefeitos de Cruz Alta e Jóia.

36 Aprovariam leis proibindo o cultivo de organismos geneticamente modificados os municípios de Espumoso (dezembro/98) e Pelotas (outubro/99), enquanto outros criariam legislações autorizando os transgênicos em seus territórios -Cruz Alta, em julho/99, e Jóia, Tupanciretã, Não-Me-Toque e Redentora, entre setembro e novembro/99. Entretanto, as leis municipais pró-transgênicos seriam -entre novembro de 1999 e janeiro de 2000-, por serem consideradas inconstitucionais (a proibição ao cultivo de organismos geneticamente modificados é válida em todo o território nacional), suspensas pelo Tribunal de Justiça do Estado.

37 A polêmica dos transgênicos ocuparia o centro dos debates da 51ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizada em julho de 1999, em Porto Alegre. Nesse encontro, a SBPC reiteraria a proposta de moratória para a liberação comercial dos alimentos transgênicos.

38 Em julho de 1998, reunindo 200 pesquisadores em Cruz Alta, a Comissão de Genética, Melhoramento e Tecnologia de Sementes, da 26ª Reunião de Pesquisa da Soja da Região Sul, aprovou um manifesto em apoio ao uso de

culturas geneticamente modificadas na agricultura brasileira; enquanto que, em maio de 1999, em Pelotas, pesquisadores reunidos no “Seminário Internacional de Produtos Transgênicos”, criticando abertamente a ação do governo estadual, manifestariam sua discordância com relação às “legislações que proíbem o desenvolvimento de pesquisas sobre transgênicos”.

39 Em entrevista concedida, no início de dezembro, em um programa da rádio Tupanciretã, frei Sérgio Görgen denunciara que o milho transgênico da variedade Bt estaria sendo obtido por meio da inoculação dos vírus HIV e da hepatite B. Suas declarações foram amplamente utilizadas pela imprensa e pelos parlamentares opositores em tentativa de desqualificar a ação do governo estadual no tema. Tendo ficado esclarecido que o frei não se pronunciara em nome do governo, Görgen diria, em sua defesa, que cometera uma “imprecisão científica”.

40 Ainda, o debate estadual repercutiria, com forte incidência, no debate nacional, bem como encontraria eco no debate internacional. Dentre outros, podemos lembrar o fato da polêmica gaúcha ter sido, em 2 de agosto, assunto de extensa reportagem no jornal francês *Le Monde* (“L’État ‘grenier’ du Brésil résiste à l’attrait des semences transgéniques”), a aprovação, em 12 de maio, pelo parlamento britânico, de moção de apoio à posição do governo gaúcho e, também, a declaração do chefe da delegação de 14 países, no Encontro de Embaixadores da União Européia, em outubro, em Porto Alegre, afirmando considerar a posição do governo gaúcho positiva para as relações comerciais com a Comunidade Européia.

41 Em reportagens publicadas pela imprensa local, é mencionada a existência, ainda em março, de 79 áreas experimentais interditadas. A suspensão de cada interdição seria, durante os meses que se seguiriam, objeto de disputa judicial, promovida pelas empresas de pesquisa e produtoras de sementes, até que, em fevereiro de 2000, prevaleceria a tese da não competência do estado para legislar sobre a matéria.

42 O uso dos *kits* era anunciado como parte de uma campanha do governo estadual contra os transgênicos -com o lema “Transgênicos: não plante essa idéia”-, que incluiria, ainda, a divulgação de mensagens pela TV e pelo rádio, panfletos e cartazes, além de uma linha telefônica “disque-transgênicos”, destinada a receber denúncias.

43 Em março de 2000, reagindo à aplicação do teste para detecção de transgenia no momento do recebimento do produto nos armazéns da Cesa, o Sindicato Rural de Cruz Alta declararia não aceitar a decisão da Cesa de proibir a armazenagem de produtos transgênicos (cuja produção continuava sendo ilegal!).

44 Note-se que a apreensão se realizara quando Olívio Dutra não havia sequer sido eleito governador. Fora o primeiro registro de apreensão de grãos

transgênicos colhidos em território nacional e também o primeiro em que os responsáveis seriam indiciados pelo cultivo ilegal de soja geneticamente modificada.

45 Em reunião em que estavam presentes 17 cooperativas, a Secretaria de Agricultura, a Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul (Oceergs) e a Fecoagro definiriam lançar uma nota conjunta, alertando os produtores para que não plantassem sementes de soja transgênica.

46 “Bigodudo” ou “Bigode” foram os termos utilizados por agricultores para se referir ao governador Olívio Dutra. Essa pesquisa de campo foi realizada, em junho de 2000, em um município da área central do estado.

47 Durante a primeira semana de novembro, as 13 equipes de fiscalização -tendo visitado 200 propriedades, nas regiões de Cruz Alta, Palmeira das Missões, Passo Fundo, Erechim, Santa Rosa e Tupanciretã- haviam apreendido 3.588 sacas de soja transgênica. Foram realizados 700 testes de transgenia, dos quais 3,5% deram positivo. Vinte e quatro produtores -dos municípios de Júlio de Castilhos, Fortaleza dos Valos, Santa Bárbara do Sul, Cruz Alta, Quinze de Novembro, Augusto Pestana, Condor, Tupanciretã, Eugênio de Castro, Campos Borges e Dois Irmãos das Missões- foram considerados infratores, por armazenar sementes de soja transgênica. A lista dos produtores que armazenavam ou estavam plantando a soja transgênica seria encaminhada pela Secretaria de Agricultura ao Ministério Público Federal, que a repassaria à Polícia Federal. Para a realização da perícia, deveriam ser colhidas novas amostras, para que os testes definitivos fossem realizados pela Embrapa, com o apoio do Instituto Nacional de Criminalística. Todos os testes de transgenia realizados pela Embrapa apresentariam, surpreendentemente, resultado negativo.

48 Nessa reunião, a falta de consenso apontaria para a continuidade da suspensão da fiscalização nos municípios de Júlio de Castilhos, Jóia, Cruz Alta e Tupanciretã, e para outra reunião, que viria a ser suspensa -devido à ação cautelar solicitada pelo Sindicato Rural de Tupanciretã, pedindo a suspensão das vistorias. A Secretaria de Agricultura entenderia que a opção dos produtores pela via judicial abortava o processo de negociação então em curso. Em audiência de conciliação no Fórum de Tupanciretã, a Secretaria de Agricultura suspenderia, até o final do mês, a fiscalização de transgênicos nos limites de Tupanciretã e Jari. Na avaliação do governo do estado, este seria o prazo para que os agricultores da região substituíssem as sementes transgênicas por variedades convencionais. Na audiência, o Sindicato Rural se comprometeria a realizar uma campanha educativa entre os produtores, aconselhando-os a substituir a soja transgênica pela convencional.

49 A respeito do lugar da comida no imaginário social francês e sua relação com a rejeição aos alimentos geneticamente modificados, ver Menasche (2000[b]).

50 Os depoimentos mencionados a partir daqui -com representantes de um Clube Amigos da Terra e de entidades sindicais rurais patronais- foram extraídos de entrevistas realizadas, no início de julho de 2000, por Jean-Bernard Andro e Nathalie Deschamps, que gentilmente me possibilitaram acesso às fitas gravadas.

51 Em suas palavras: “Como eles não tinham poder, não tinham legitimidade pra vir invadir as propriedades, nós não deixamos eles fazerem isso. Nós atacamos. E aí o Sr. Secretário da Agricultura se juntou com o Secretário de Segurança, e mandaram o pelotão de choque da polícia para dar garantia para que seus funcionários invadissem nossa propriedade. Nós não deixamos”.

